

O INVESTIMENTO DIRECTO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS EM PORTUGAL

Sector es, tipo de operações
e determinantes fundamentais, 1996-1999

Por

António Mendonça (Responsável)
Manuel Farto
Elivan Ribeiro
João Dias

António Romão (Consultor)

DT 33

2001

As análises, opiniões e conclusões expressas neste documento de trabalho são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não reflectem necessariamente posições do Ministério da Economia.

Ficha Técnica

Título:	O Investimento Directo das Empresas Brasileiras em Portugal: Sectores, tipo de Operações e Determinantes Fundamentais, 1996-1999
Autor:	António Mendonça (Responsável), Manuel Farto, Elivan Ribeiro, João Dias, António Romão (Consultores)
Editor:	GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia Rua José Estêvão, 83-A4º Esqº 1169-153 LISBOA Gepe@mail.telepac.pt www.gepe.pt
Concepção:	Princípio Activo - Projectos de Comunicação e Imagem, Lda.
Impressão e acabamento:	Estúdios Fernando Jorge, Lda.
Tiragem:	1 500 exemplares
Edição:	Lisboa, Janeiro 2001
ISBN:	972-8170-67-X
Depósito legal:	

Índice

1. Nota de Enquadramento	5
2. Introdução	7
3. O Investimento Directo do Brasil em Portugal por Sectores de Actividade	11
4. O IDBP por Tipo de Operação	14
5. As Empresas Brasileiras em Portugal	17
6. Observações Finais	20
7. Anexos	22
8. Documentos publicados	25

1. Nota de Enquadramento

Este terceiro Documento de Trabalho, produzido pelo CEDIN/SEG, é mais uma componente do projecto "**Oportunidades de Negócios Portugal - Brasil**", cujos objectivos nucleares são:

- Avaliar o quadro de potencialidades de investimento e de trocas recíprocas e equacionar as linhas de actuação mais adequadas;
- Analisar as condições de sucesso da deslocalização de empresas entre os espaços em estudo;
- Detectar a penetração e respectivas modalidades no Mercosul, a partir do Brasil e, no mercado europeu, tendo como plataforma Portugal;
- Antecipar hipóteses de evolução futura das relações económicas entre os dois países, tendo em conta os previsíveis desenvolvimentos dos respectivos processos de integração regional e a sua articulação com o processo mais geral de globalização económica.

Na sua implementação, privilegiou-se o estabelecimento de contactos quer em Portugal quer no Brasil com diversas entidades públicas e privadas, designadamente as Universidades e as Associações Empresariais.

Em Portugal, no âmbito do projecto "Oportunidades de Negócio Portugal – Brasil" a cooperação estabelecida com o CEDIN/ISEG originou o trabalho de tipificação do investimento "Portugal - Brasil", cujos resultados são agora tornados públicos neste e em anteriores Documentos de Trabalho do GEPE.

Interessa agora um balanço do trabalho.

A melhor maneira, em minha opinião, consiste na realização de uma série de Seminários descentralizados e em parceria com o meio empresarial com o objectivo de dar a conhecer e avaliar o que já foi feito.

Do debate em seminários sairão certamente novas ideias e novos caminhos bem com processos de trabalho inovadores para o seu prosseguimento.

Mas o que nos preocupa, acima de tudo, é como estruturar algo de permanente que permita acompanhar o evoluir desta realidade de tão grande interesse para o meio empresarial português.

O GEPE e o ICEP, pivots deste projecto no âmbito do Ministério da Economia, estão empenhados em encontrar os mecanismos adequados.

Novembro 2000

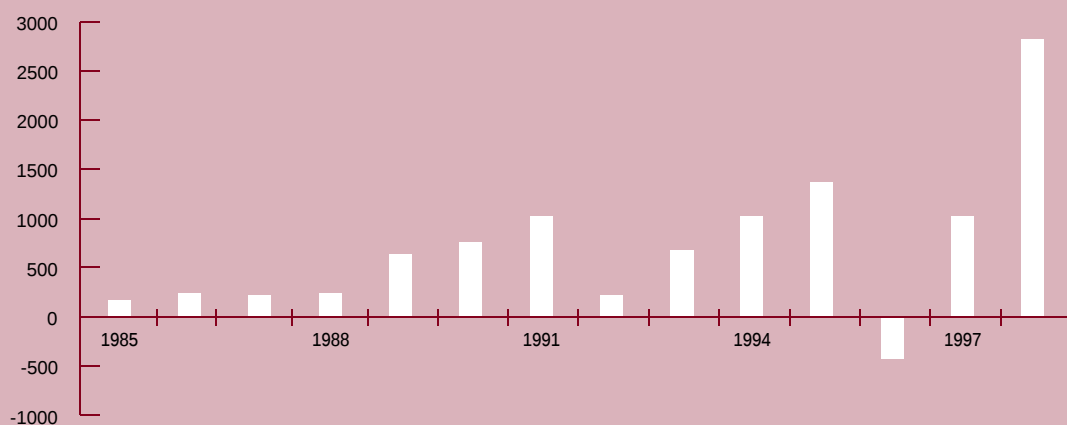
João Abel de Freitas

2. Introdução

Neste trabalho procede-se a uma análise desagregada do investimento directo do Brasil em Portugal (IDBP), utilizando a informação disponível, para os quatro anos mais recentes (1996-99), em termos sectoriais e por tipo de operação do investimento. Para complementar a informação por fluxos disponibilizada pelo Banco de Portugal, lançou-se um inquérito às empresas a operar em Portugal com capital brasileiro, tendo em vista a detecção dos problemas, motivações, evolução, estratégias e perspectivas do IDBP. No entanto, não foi possível obter uma taxa de resposta razoável, pelo que a utilização plena dos resultados do inquérito acaba por ficar parcialmente prejudicada.

Um pouco como acontece com Portugal, só recentemente o Brasil se tornou num investidor no estrangeiro com valores com alguma expressão. De qualquer forma, os valores envolvidos ainda colocam o Brasil num lugar bastante modesto no conjunto do IDE mundial com apenas 0,4% do total mundial em 1998.

Figura 1
Investimento directo (líq.) do Brasil no exterior



(milhões de USD)

Fonte: FMI, *International Financial Statistics*, vários anos

Em termos de destino, Portugal não tem tido particular importância para os investidores brasileiros (Quadro 1). Assim, no período 1988-92 Portugal absorvia apenas 3,3% do investimento directo do Brasil no exterior (IDBE). Em 1997 esta percentagem subia um pouco, para 5,7%, mas para baixar substancialmente em 1998 para apenas 0,9%. O peso real do Brasil pode, ainda assim, ser um pouco superior, se tivermos em conta que o principal destino do investimento directo é para as Ilhas Caiman que, por sua vez e nalguns anos, surgem com algum peso no investimento directo em Portugal(*).

Quadro 1 Distribuição do investimento brasileiro no exterior, média 1988-92 (%)

Ilhas Cayman	33,2
Estados Unidos	32,8
Outros	9,4
Reino Unido	6,1
Portugal	3,3
Argentina	3,0
Antilhas Holandesas	2,8
Paraguai	2,1
Chile	2,0
Bahamas	1,7
Bermudas	1,5
Uruguai	1,3
Alemanha	0,9
Total	100,0

Fonte: Banco central do Brasil, Relatório 1993

(*) Um dos inquiridos devolveu o inquérito, devido ao facto de as empresas já não terem capital brasileiro. A empresa-mãe tinha mudado a sede do Brasil para as Ilhas Caiman.

Em termos de peso no conjunto do investimento directo estrangeiro em Portugal, a posição do Brasil aparece também muito reduzida, com apenas 1,8% do *stock* em 1995 e 2,8% dos fluxos no período 1996-99 (Quadro 2). Em 1999 atinge-se o pico, com 10,7%, mas tal deve-se a uma redução substancial do valor global do investimento directo estrangeiro em Portugal (para apenas um quinto do IDEP de 1998), e não propriamente a um aumento substancial do valor do investimento directo com origem no Brasil.

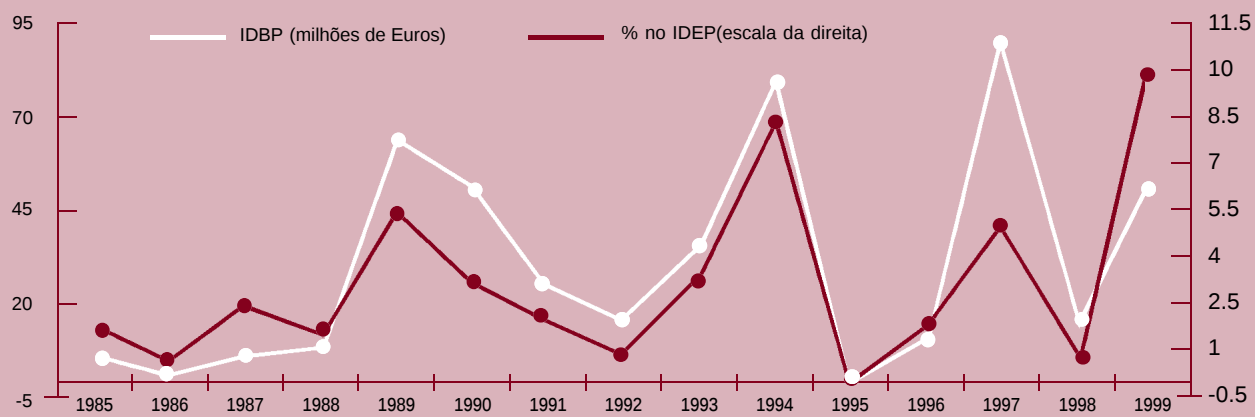
Quadro 2 Distribuição, do IDEP por país de origens (%)

	Stock 1995	Fluxos 1996-1999
UE	80,1	60,8
Espanha	14,9	14,0
França	15,7	1,6
Reino Unido	13,8	12,3
Holanda	8,8	15,0
Bélgica/Luxemburgo	7,7	2,9
Itália	2,5	4,3
Outros	6,5	3,3
Extra-UE	19,9	39,2
EUA	5,8	19,2
Suíça	5,5	5,1
Brasil	1,8	2,8
Japão	0,9	0,7
Outros	5,9	11,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Banco de Portugal

De qualquer forma, o IDBP só assume valores minimamente expressivos a partir de 1989, embora com um comportamento errático, com picos em 1989, 1994 e 1997 (Fig. 2).

Figura 2
Investimento directo do Brasil em Portugal
(valores líquidos e %)



(milhões de Euros)

Fonte: Banco de Portugal

% do total

3. O Investimento Directo do Brasil em Portugal, por Sectores de Actividade

No período 1996-99, o IDBP concentrou-se em quatro sectores: "actividades financeiras", "construção", "imobiliário" e "transportes, armazenagem e comunicações" (Quadro 3). Ainda assim, o último caso resulta apenas de um investimento pontual, em 1997. Já o sector do imobiliário, embora aparentemente cíclico, prefigura um comportamento mais estruturado por parte dos investidores brasileiros.

Quadro 3

Investimento directo do Brasil em Portugal por sectores de actividade 1996-99 (%)

Investimento

	1996	1997	1998	1999	Total 96-99
AF	65,4	15,0	38,5	12,7	21,8
ALOJ	0,4	0,1	0,3	0,1	0,1
CGR	1,8	0,1	0,3	0,1	0,3
CONST	23,0	5,6	53,0	31,1	24,6
ELEC			1,3	0,0	0,2
IMOB	1,0	16,3	0,6	54,1	28,9
IT	0,4	1,4	0,3	0,1	0,6
OA	8,0	2,1	4,8	1,8	2,9
TRANSP	0,0	59,3	1,0	0,0	20,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Desinvestimento

	1996	1997	1998	1999	Total 99-96
AF	34,7	35,2	22,4	6,7	15,9
ALOJ	0,3	1,8	0,2	0,5	0,6
CGR	2,2	4,2	1,7	0,7	1,5
CONST	0,3	1,9	43,5	17,3	18,3
ELEC			0,0	0,1	0,1
IMOB	3,2	6,7	1,6	65,5	40,4
IT	51,9	46,3	28,6	8,5	21,3
OA	7,4	3,8	2,0	0,6	2,0
TRANSP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Investimento Líquido

	1996	1997	1998	1999	Total 99-96
AF	93,9	12,2	53,2	19,4	25,3
ALOJ	0,5	-0,1	0,3	-0,4	-0,1
CGR	1,3	-0,4	-0,9	-0,6	-0,4
CONST	44,1	6,2	61,7	46,1	28,3
ELEC			2,4	-0,1	0,2
IMOB	-0,9	17,6	-0,3	41,8	22,0
IT	-47,5	-4,8	-25,7	-9,2	-11,7
OA	8,6	1,9	7,3	3,0	3,4
TRANSP	0,0	67,5	2,0	0,0	33,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de Portugal

Siglas: AF-Actividades financeiras, ALOJ-Alojamento e restauração, CGR-Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos autom, CONST-Construção, ELEC-Produção e distribuição de electricidade, gás e água, IMOB-Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, IT-Indústrias transformadoras, OA- Outras actividades, TRANSP-Transportes, armazenagem e comunicações.

Os casos de investimento significativo mais "normais" são, assim, os realizados nas actividades financeiras e na construção. No primeiro caso, trata-se sobretudo, como veremos, dos "lucros reinvestidos" resultantes do negócio bancário (Banco do Brasil; Banco Itaú) e não propriamente de um interesse acrescido dos investidores brasileiros nesta área.

No segundo caso, trata-se de um sector de relativamente fácil acesso, pouco exigente em termos tecnológicos e com um mercado em expansão nos anos em análise, seja na componente construção civil, seja na componente de obras públicas, financiadas pelo Estado e por fundos da União Europeia. Fora dos sectores referidos, o investimento directo do Brasil em Portugal é nulo ou insignificante, mesmo quando existem pequenas unidades nalgumas áreas de serviços (alojamento e restauração; medicina dentária). O caso mais interessante, pela negativa, é o que traduz a ausência completa de interesse do investidor brasileiro na indústria transformadora portuguesa: menos de 1% do IDBP bruto no período 1996-99 e mesmo um investimento líquido negativo, em todos os anos do período em análise.

Em termos de peso no conjunto do IDEP, o investimento directo com origem no Brasil apenas assume uma proporção mais expressiva no sector da construção, com uma percentagem de 20,8%, em termos brutos, e 37,5%, em termos líquidos, do IDEP realizado neste sector no período 1996-99 (Quadro 4). Dos sectores restantes, apenas em dois casos – "actividades financeiras" e "transportes, armazenagem e comunicações" -, o investimento directo com origem no Brasil atinge os 5% do IDEP no sector, no primeiro caso de uma forma sustentada mas no segundo apenas devido ao já referido investimento pontual de 1997. Note-se que as percentagens de 20,6% em 1999 e de 13% para o conjunto dos quatro anos 1996-99, observados para o investimento líquido na indústria transformadora, traduzem um rácio de valores líquidos negativos quer para o Brasil (aliás, negativos em todos os anos do período em análise (Anexo 1)) quer para o conjunto dos investidores externos (com valores, em milhares de euros, respectivamente de -5098 e -20117 para o Brasil e -24784 e -155274 para o IDEP).

Quadro 4

Peso do investimento directo do Brasil, no investimento directo estrangeiro em Portugal, por sectores de actividade, 1996-99 (%)

Investimento					
	1996	1997	1998	1999	1996-99
Agricultura, caça, silvicultura e pesca	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias extractivas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ind. transformadoras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Produção/distrib. electric./gás/água	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Construção	9,0	7,6	21,7	36,7	20,8
Comércio, reparações, aloj. e restauração	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Transportes, armazenagem e comunicações	0,0	10,0	0,4	0,0	5,5
Actividades financeiras	6,4	4,0	5,0	6,3	5,3
Actividades imobiliárias, alug./serv. a empresas	0,0	1,2	0,0	3,0	1,0
Outras actividades	1,1	1,5	1,0	0,8	1,0
Total	0,5	1,2	0,3	1,0	0,8
Desinvestimento					
	1996	1997	1998	1999	1996-99
Agricultura, caça, silvicultura e pesca	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias extractivas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ind. transformadoras	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1
Produção/distrib. electric./gás/água	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Construção	0,1	0,4	13,1	20,1	9,6
Comércio, reparações, aloj. e restauração	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Transportes, armazenagem e comunicações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Actividades financeiras	4,9	6,1	4,2	0,4	1,3
Actividades imobiliárias, alug./serv. a empresas	0,1	0,1	0,0	2,9	0,9
Outras actividades	1,0	0,8	0,4	0,4	0,6
Total	0,3	0,2	0,2	0,6	0,4
Investimento Líquido					
	1996	1997	1998	1999	1996-99
Agricultura, caça, silvicultura e pesca	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias extractivas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ind. transformadoras	-8,6	-5,5	1,9	20,6	13,0
Produção/distrib. electric./gás/água	0,0	0,0	0,2	0,2	0,5
Construção	16,3	30,5	37,9	55,4	37,5
Comércio, reparações, alojamento e restauração	0,1	-0,1	-0,1	-0,4	-0,1
Transportes, armazenagem e comunicações	0,0	10,4	0,5	0,0	6,3
Actividades financeiras	7,2	3,5	5,5	-1,5	-57,7
Actividades imobiliárias, alug./serv. a empresas	0,0	4,2	0,0	3,1	1,1
Outras actividades	1,3	2,1	1,5	1,1	1,4
Total	1,2	4,2	0,8	10,7	2,8

Fonte: Banco de Portugal

4. O IDBP por Tipo de Operação

A desagregação do IDBP segundo a natureza do investimento (Quadro 5) mostra que, no período em análise, cerca de metade do investimento resulta de operações sobre o capital das empresas e cerca de um terço é proveniente de lucros reinvestidos. No entanto, a importância destes dois tipos de investimento alterna de ano para ano. Nos anos de menor IDBP, este é constituído maioritariamente pelos lucros reinvestidos, resultantes dos investimentos anteriores. Assim, em 1996 e 1998 o peso dos lucros reinvestidos era de 88% e 59% para o investimento bruto e 91% e 63% para o investimento líquido. Ao contrário, nos anos de pico do IDBP este resulta sobretudo de novas participações no capital das empresas: 72% em 1997 e 54% em 1999 em termos brutos. Para o investimento líquido as percentagens não são muito diferentes: 81% e 43% respectivamente. Em termos de desinvestimento, a situação mais frequente resulta dos lucros reinvestidos, com excepção do ano 1999 em que o peso principal (64%) resultou da redução no capital das empresas.

O cruzamento do IDBP por sector e por tipo de operação (Quadros 6 e 7) revela padrões diferentes de sector para sector. Assim, e como já foi anteriormente referido, a quase totalidade do investimento directo brasileiro em Portugal no sector "Actividades Financeiras" é constituído por "lucros reinvestidos" (97% para o investimento bruto e 96% para o líquido) e não por novas participações no capital das empresas. Ou seja, o investimento do Brasil neste sector tem decorrido meramente da actividade normal das instituições já instaladas em Portugal (Banco do Brasil, Banco Itaú). Quanto à "participação no capital das empresas", esta aparece de forma relevante, quer em termos brutos quer em termos de investimento líquido, em dois sectores de actividade: "Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas" e "Transportes, armazenagem e comunicações". Recorde-se, todavia, que neste último caso se trata de um investimento pontual em 1997. Quanto ao sector da "Electricidade, armazenagem e distribuição de água" trata-se de um valor pontual e irrelevante de investimento (478 mil euros em 1998) (Anexo 1), pelo que a elevada percentagem mostrada no quadro para este sector não merece especial referência.

Quadro 5
Distribuição do investimento directo do Brasil em Portugal por tipo de operação (%)

Investimento

	1996	1997	1998	1999	1996-99
No capital das empresas	9,1	71,7	14,8	53,9	50,7
Créditos, emprést./					
/suprimentos	1,7	3,5	25,9	26,2	16,1
Operações sobre imóveis	0,9	0,5	0,4	0,3	0,4
Lucros reinvestidos	88,3	23,0	58,9	19,5	32,3
Outros	-	1,3	-	-	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Desinvestimento

	1996	1997	1998	1999	1996-99
No capital das empresas	9,1	5,2	0,0	64,2	39,7
Créditos, emprést./					
/suprimentos	1,7	2,9	44,0	18,4	19,2
Operações sobre imóveis	0,9	5,7	1,2	1,1	2,2
Lucros reinvestidos	88,3	86,2	54,8	16,3	38,9
Outros	-	0,0	-	-	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Investimento Líquido

	1996	1997	1998	1999	1996-99
No capital das empresas	10,4	80,9	28,3	42,6	57,2
Créditos, emprést./					
/suprimentos	1,9	3,6	9,3	34,8	14,3
Operações sobre imóveis	-3,5	-0,3	-0,4	-0,5	-0,6
Lucros reinvestidos	91,3	14,3	62,8	23,0	28,4
Outros	-	1,5	-	-	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de Portugal

Quadro 6
Principal sector de operação do IDBP , em percentagem do total

	1996	1997	1998	1999
Principal sector	Actividades financeiras	Transportes, armaz./comunic	Construção	Activ. Imob. Empresas Alug.e Serv.
	65,4%	59,3%	53%	54%
Principal tipo de operação	Lucros reinvestidos	No capital das empresas	Lucros reinvestidos	No capital das empresas
	88,3%	71,7%	58%	53,9%

Quadro 7

IDBP por sector e tipo de operação, 1996-99 (%)

Investimento

	No cap. das empresas	Créditos, emprést. e suprimentos	Operações sobre imóveis	Lucros reinvestidos	Outros	Total
AF	3,2	0,0	0,0	96,8	0,0	100,0
ALOJ	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
CGR	39,3	0,0	0,0	60,7	0,0	100,0
CONST	7,6	59,9	0,3	32,2	0,0	100,0
ELEC	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
IMOB	98,3	0,3	0,2	1,2	0,0	100,0
IT	1,9	0,9	0,0	21,9	75,3	100,0
OA	0,0	1,0	10,3	88,6	0,1	100,0
TRANSP	93,8	6,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	50,7	16,1	0,4	32,3	0,5	100,0

Desinvestimento

AF	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
ALOJ	28,6	49,3	0,0	22,1	0,0	100,0
CGR	15,5	14,4	0,7	69,4	0,0	100,0
CONST	0,0	98,8	1,2	0,0	0,0	100,0
ELEC	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
IMOB	94,7	1,2	1,3	2,8	0,0	100,0
IT	4,6	0,0	0,0	95,4	0,0	100,0
OA	4,9	5,8	69,1	20,2	0,0	100,0
TRANSP	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	39,7	19,2	2,2	38,9	0,0	100,0

Investimento Líquido

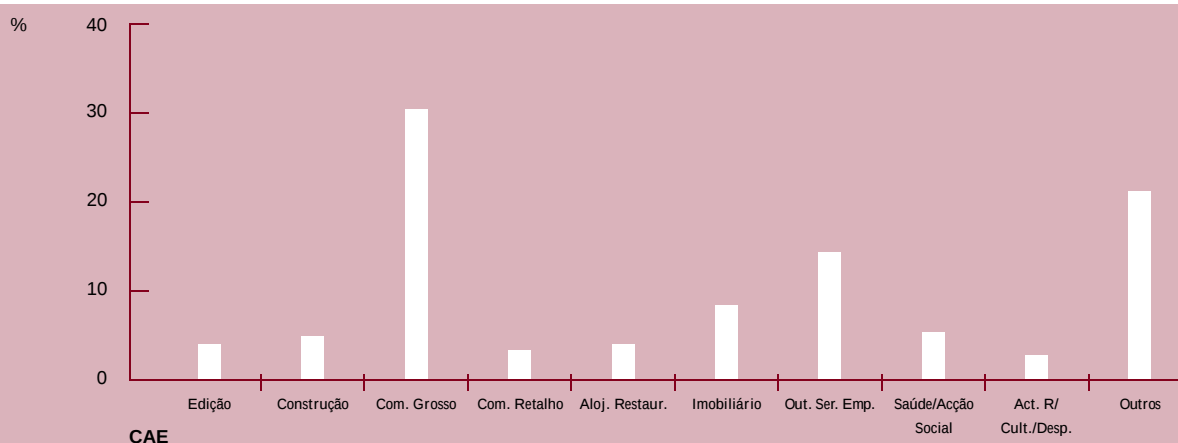
AF	4,4	0,0	0,0	95,6	0,0	100,0
ALOJ	86,4	149,0	0,0	-135,4	0,0	100,0
CGR	-11,5	30,7	1,4	79,4	0,0	100,0
CONST	10,5	45,0	-0,1	44,6	0,0	100,0
ELEC	120,1	-20,1	0,0	0,0	0,0	100,0
IMOB	102,2	-0,6	-1,0	-0,6	0,0	100,0
IT	4,8	-0,1	0,0	101,4	-6,2	100,0
OA	-1,8	-0,7	-10,7	113,0	0,1	100,0
TRANSP	93,9	6,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	57,2	14,3	-0,6	28,4	0,7	100,0

Fonte: Banco de Portugal. Para definição dos sectores, ver Quadro 3

5. As Empresas Brasileiras em Portugal

Naturalmente que o comportamento sectorial do IDE com origem no Brasil traduz o peso de alguns investimentos de maior volume, não sendo, portanto, necessariamente típico do investimento em pequenas ou médias empresas. Na verdade, existe já em Portugal uma comunidade de pequenos empresários que, por várias razões, optaram por fixar, ou alargar, a sua actividade em Portugal. Essas actividades diversas vão desde os casos dos restaurantes, às clínicas dentárias, às actividades comerciais ou a outros sectores.

Figura 3
Distribuição sectorial das empresas com capital brasileiro em Portugal



Fonte: Elaborado a partir de dados do ICEP

De acordo com alguns dados já disponíveis, e que se referem às empresas com capital brasileiro a operar em Portugal, trata-se de uma comunidade que se fixou sobretudo nos distritos de Lisboa (quase dois terços do total), Porto e Setúbal (Quadro 8), com predomínio para as actividades comerciais, serviços às empresas e imobiliário, entre outras (Fig. 3).

Quadro 8

Distribuição, por distrito, das empresas em Portugal com participação de capital brasileiro, 1999

	Número de empresas	% do total
Aveiro	7	3,5
Lisboa	131	65,5
Porto	22	11,0
Setúbal	11	5,5
Outros	29	14,5
Total	200	100,0

Fonte: Elaborado a partir de dados do ICEP

Como foi referido na introdução, estas empresas com capital brasileiro a operar em Portugal foram objecto de um inquérito, tendo em vista apurar a evolução do investimento por empresa, bem como as motivações, resultados, expectativas e problemas apontados pelos investidores brasileiros. Todavia, dado o reduzido número de empresas que preencheram o inquérito, apresentam-se apenas alguns traços gerais das respostas obtidas, chamando a atenção para o cuidado a ter na extrapolação dos resultados. Assim, como factores de atracção que determinaram o investimento realizado em Portugal, são apontados, de forma destacada:

- Língua e cultura;
- Estabilidade económica e social;
- Perspectivas favoráveis para a evolução da economia;
- Localização na Europa e integração na UE, constituindo uma porta de entrada para um mercado mais amplo.

Relativamente a eventuais problemas ou dificuldades sentidas, bem como a eventuais obstáculos ao investimento, são referidos:

- Burocracia

- Alguma desconfiança inicial relativamente ao investidor brasileiro e à qualidade do produto;
- Falta de mão-de-obra especializada;
- Inexistência de uma política de incentivos fiscais ao investimento directo estrangeiro.

De qualquer forma, as perspectivas para o futuro das empresas já instaladas são, de uma forma geral, bastante optimistas e consideram que o investimento realizado constituiu uma experiência positiva. Todavia, chama-se de novo a atenção para a fraca representatividade das respostas e para a reduzida atractibilidade de alguns sectores, nomeadamente da indústria transformadora, onde o investimento directo (líquido) brasileiro tem regredido nos últimos anos (Anexo 1).

Em termos de recomendações, as respostas obtidas não são muito ousadas e passam, naturalmente, pela resolução de alguns dos problemas e obstáculos já acima referidos.

6. Observações Finais

Dos resultados apresentados no trabalho, destacam-se algumas linhas de força relativamente às características e perspectivas de desenvolvimento do investimento directo do Brasil em Portugal.

Em primeiro lugar, resulta claro que **o Brasil não é ainda um investidor directo de primeiro plano em Portugal**, como, aliás, também não o é a nível mundial, apesar da dimensão da sua economia.

Ainda assim, o Brasil aparece com algum relevo no sector da construção onde, no período em análise, atinge os 21% e 38% do investimento directo estrangeiro bruto e líquido, respectivamente. Para além deste sector, são de referir ainda as "actividades financeiras" e as "actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas" que, apesar dos baixos valores envolvidos a nível do IDBP total, acabam por ser já significativos em relação ao total do investimento directo brasileiro.

Um aspecto importante que caracteriza o IDBP é o que revela o afastamento dos investidores brasileiros da indústria transformadora. Para além de ser já pouco expressivo em termos de fluxos de entrada, em todos os anos do período em análise, observou-se um desinvestimento acentuado que se traduziu num saldo global negativo.

Outro aspecto saliente do IDBP relaciona-se com **a importância, ao longo do período, dos lucros reinvestidos, o que relativiza, ainda mais, os fluxos de entrada.**

Apesar das limitações já referidas a propósito dos resultados do inquérito às empresas de capital brasileiro a operar em Portugal, saliente-se o clima geral de satisfação relativamente às experiências de investimento e as perspectivas optimistas face à evolução dos negócios em Portugal.

Como observação final refira-se o potencial ainda muito pouco explorado do investimento directo do Brasil em Portugal, pelo que se justificam medidas de captação específicas orientadas para os empresários brasileiros.

7. Anexos

Anexo 1

Quadro A1

Investimento directo do Brasil em Portugal por sectores (milhar es de eur os)

Investimento

	1996	1997	1998	1999	Total 96-99
AF	15852	14244	14567	14843	59506
ALoj	97	99	101	103	400
CGR	426	118	121	123	788
CONST	5579	5345	20076	36204	67204
ELEC	.	.	478	0	478
IMOB	251	15408	230	63061	78950
IT	88	1360	106	93	1647
OA	1935	2012	1805	2061	7813
TRANSP	0	56188	391	0	56579
Total	24228	94774	37875	116488	273365

Desinvestimento

	1996	1997	1998	1999	Total 96-99
AF	4053	4053	4053	4053	16212
ALoj	33	204	33	328	598
CGR	258	488	307	433	1486
CONST	38	222	7880	10545	18685
ELEC	.	.	0	80	80
IMOB	370	776	285	39832	41263
IT	6057	5325	5191	5191	21764
OA	858	442	369	387	2056
TRANSP	1	1	1	1	4
Total	11668	11511	18119	60850	102148

Investimento Líquido

	1996	1997	1998	1999	Total 96-99
AF	11799	10191	10514	10790	43294
ALoj	64	-105	68	-225	-198
CGR	168	-370	-186	-310	-698
CONST	5541	5123	12196	25659	48519
ELEC	.	.	478	-80	398
IMOB	-119	14632	-55	23229	37687
IT	-5969	-3965	-5085	-5098	-20117
OA	1077	1570	1436	1674	5757
TRANSP	-1	56187	390	-1	56575
Total	12560	83263	19756	55638	171217

Para definição dos sectores, ver Quadro 3

Anexo 2

Quadro A2

Distribuição do investimento directo do Brasil em Portugal por tipo de operação (milhares de euros)

Investimento

	1996	1997	1998	1999	1996-99
No cap. das empresas	2205	67923	5595	62817	138540
Créditos, emprést./					
/suprimentos	409	3343	9812	30548	44112
Ope. sobre imóveis	222	429	142	374	1167
Lucros reinvestidos	21392	21831	22326	22749	88298
Outros	-	1248	-	-	1248
Total	24228	94774	37875	116488	273365

Desinvestimento

	1996	1997	1998	1999	1996-99
No cap. das empresas	905	597	0	39089	40591
Créditos, emprést./					
/suprimentos	172	333	7969	11186	19660
Operações sobre imóveis	666	656	225	650	2197
Lucros reinvestidos	9925	9925	9925	9925	39700
Outros	-	0	-	-	0
Total	11668	11511	18119	60850	102148

Investimento Líquido

	1996	1997	1998	1999	1996-99
No cap. das empresas	1300	67326	5595	23728	97949
Créditos, emprést./					
/3suprimentos	237	3010	1843	19362	24452
Operações sobre imóveis	-444	-227	-83	-276	-1030
Lucros reinvestidos	11467	11906	12401	12824	48598
Outros	-	1248	-	-	1248
Total	12560	83263	19756	55638	171217

Fonte: Banco de Portugal

Anexo 3

Quadro A3

Investimento directo do Brasil em Portugal por sector e tipo de operação, 1996-99 (milhar es de eur os)

Investimento

	No cap. das empresas	Créditos, emprést. e suprimentos	Operações sobre imóveis	Lucros reinvestidos	Outros	Total
AF	1895	0	0	57611	0	59506
ALOJ	0	0	0	400	0	400
CGR	310	0	0	478	0	788
CONST	5117	40274	195	21618	0	67204
ELEC	478	0	0	0	0	478
IMOB	77613	261	167	909	0	78950
IT	31	15	0	361	1240	1647
OA	0	79	805	6921	8	7813
TRANSP	53096	3483	0	0	0	56579
Total	138540	44112	1167	88298	1248	273365

Desinvestimento

AAF	0	0	0	16212	0	16212
ALOJ	171	295	0	132	0	598
CGR	230	214	10	1032	0	1486
CONST	0	18463	222	0	0	18685
ELEC	0	80	0	0	0	80
IMOB	39089	489	545	1140	0	41263
IT	1000	0	0	20764	0	21764
OA	101	119	1420	416	0	2056
TRANSP	0	0	0	4	0	4
Total	40591	19660	2197	39700	0	102148

Investimento Líquido

AF	1895	0	0	41399	0	43294
ALOJ	-171	-295	0	268	0	-198
CGR	80	-214	-10	-554	0	-698
CONST	5117	21811	-27	21618	0	48519
ELEC	478	-80	0	0	0	398
IMOB	38524	-228	-378	-231	0	37687
IT	-969	15	0	-20403	1240	-20117
OA	-101	-40	-615	6505	8	5757
TRANSP	53096	3483	0	-4	0	56575
Total	97949	24452	-1030	48598	1248	171217

Fonte: Banco de Portugal. Para definição dos sectores, ver Quadro 3

7. Documentos Publicados

DT 1 Nov. 96	Política de Concorrência e Política Industrial António Nogueira Leite (esgotado)
DT 2 Dez. 96	Transformação Estrutural e Dinâmica do Emprego Paulino Teixeira (esgotado)
DT 3 Jan. 97	Ética e Economia António Castro Guerra (esgotado)
DT 4 Mar. 97	Padrões de Diversificação dos Grupos Empresariais Adelino Furtado (esgotado)
DT 5 Maio 97	Estratégias e Estruturas Industriais e o Impacto da Adesão à Comunidade Europeia António Brandão; Alberto Castro; Helder de Vasconcelos (esgotado)
DT 6 Jun. 97	Têxteis, Vestuário, Curtumes e Calçado - Uma visão Prospectiva João Abel de Freitas (esgotado)
DT 7 Jul. 97	O Comércio a Retalho Português no Contêxto Europeu Teresinha Duarte
DT 8 Out. 97	Será a Globalização um Fenómeno Sustentável? Vitor Santos
DT 9 Nov. 97	Turismo Português - Reflexões sobre a sua competitividade e sustentabilidade António Trindade
DT 10 Jan. 98	União Europeia - Auxílios de Estado e Coesão Económica e Social - Tendências Contraditórias Maria Eugénia Pina Gomes; Mário Lobo
DT 11 Mar. 98	Cooperação Comercial - Uma Estratégia de Competitividade Teresinha Duarte
DT 12 Maio 98	Globalização e Competitividade - O Posicionamento das Regiões Periféricas António Castro Guerra
DT 13 Maio 98	Determinantes do Desinvestimento em Portugal João Abel de Freitas
DT 14 Jun. 98	O Panorama da Indústria Siderúrgica em Portugal José Diogo Costa
DT 15 Jul. 98	Turismo, o Espaço e a Economia João Albino Silva

- DT 16 **A Dinamização da Cooperação Interempresarial no Sector de Componentes de Automóvel: O Caso de Estudo ACECIA, ACE**
- Nov. 98 Catarina Selada; Teresa Rolo; José Rui Felizardo; Luís Palma Féria
- DT 17 **O Euro, o Dólar e a Competitividade das Empresas Portuguesas**
- Dez. 98 João Abel de Freitas; Sérgio Figueiredo; Vitor Santos
- DT 18 **Consumo Publicidade e Vendas Agressivas**
- Dez. 98 Ana Luisa Geraldès
- DT 19 **Subsídios para a História do Sector em Portugal**
- Fev. 99 Luís Palma Féria
- DT 20 **Mercosul: das Origens à Crise Actual**
- Abr. 99 Franklin Trein
- DT 21 **Mercosul: da Estrutura à Política comercial**
- Maio 99 Elivan Rosas Ribeiro
- DT 22 **Tendências Pesadas no Contexto Nacional e Internacional
Quelques Tendances Lourdes du Contexte National et International** (Edição bilingue)
- Maio 99 Hugues de Jovenel
- DT 23 **A Integração das Infra-estruturas Tecnológicas na Rede de Excelência para o Desenvolvimento da Indústria Automóvel em Portugal: Uma Metodologia de Avaliação**
- Jun. 99 Catarina Selada; José Rui Felizardo; Luís Palma Féria
- DT 24 **Mercosul: Perspectivas da Integração**
- Jul 99 Lia Valls Pereira
- DT 25 **O Papel da Pequena Empresa na UE
Role of Small Businesses in the EU** (Edição bilingue)
- Ag. 99 Franco Ianniello
- DT 26 **As Contrapartidas das Aquisições Militares instrumento de desenvolvimento económico**
- Fev. 2000 Luís Palma Féria
- DT 27 **A Nova Realidade do Euro e a Organização Mundial do Comércio - Algumas Reflexões**
- Maio 2000 António Mendonça, Carla Guapo Costa
- DT 28 **A Região da Catalunha**
- Jun. 2000 Isabel Barata; Aucendina Diogo
- DT 29 **Breve Caracterização da Economia Espanhola**
- Out. 2000 Isabel Barata; Aucendina Diogo

- DT 30 **As Relações da União Europeia com os Países da Europa Central e Oriental**
 Out. 2000 Nuno Gama de Oliveira Pinto
- DT 31 **Fluxos de Investimento Directo Portugal-Brasil: Uma Caracterização Geral**
 Jan. 2001 António Mendonça (Responsável); Manuel Farto;
 Elivan Ribeiro; João Dias; António Romão (Consultor)
- DT 32 **O Investimento Directo das Empresas Portuguesas no Brasil: Sectores, Tipo de Operação e Determinantes Fundamentais, 1996-1999**
 Jan. 2001 António Mendonça (Responsável); Manuel Farto;
 Elivan Ribeiro; João Dias; Miguel Fonseca;
 António Romão (Consultor)
- DT 33 **O Investimento Directo das Empresas Brasileiras em Portugal: Sectores, Tipo de Operação e Determinantes Fundamentais, 1996-1999**
 Jan. 2001 António Mendonça (Responsável); Manuel Farto;
 Elivan Ribeiro; João Dias; António Romão (Consultor)

